

# COPERSUCAR ARMAZÉNS GERAIS S.A.

CNPJ nº 02.822.024/0001-51

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2016. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
Recalculadas líquidas de prestação de serviços	14	11.302	13.513
Custo de prestação de serviços	15	(10.109)	(9.801)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.193</b>	<b>3.712</b>
Despesas administrativas	15	(2.821)	(2.915)
Outras despesas		38	284
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(1.601)</b>	<b>(2.000)</b>
Receitas financeiras	16	329	223
Despesas financeiras	16	(25)	(7)
<b>Finanças líquidas</b>		<b>304</b>	<b>216</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(1.297)</b>	<b>(1.784)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	56	(709)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	415	1.337
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(826)</b>	<b>(1.156)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(826)</b>	<b>(1.156)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(826)</b>	<b>(1.156)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(826)</b>	<b>(1.156)</b>
Ajustado por:			
Depreciação e amortização		575	870
Impostos diferidos		(415)	(1.337)
Valor líquido das baixas do ativo permanente		5	4.026
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			
Diminuição/(Aumento) de contas a receber de clientes (Aumento) líquido em partes relacionadas		1.286	(1.551)
(Aumento) Diminuição de estoques		(660)	(618)
Diminuição/(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar		95	(381)
(Aumento) de despesas antecipadas		(5)	(18)
(Aumento) de depósitos judiciais		(25)	(7)
(Aumento) Diminuição em outras contas a receber		(1)	30
(Aumento) Diminuição de adiantamentos a fornecedores		1.537	(120)
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas		167	9
(Diminuição) Aumento de impostos e contribuições a recolher		(612)	948
Aumento em outras contas a pagar		5	4
Imposto de renda e contribuição social pagos		(222)	14
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>843</b>	<b>735</b>
Aplicação de recursos em imobilizado		(1.645)	(1.448)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.645)</b>	<b>(1.448)</b>
<b>Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(802)</b>	<b>(713)</b>
<b>Demonsração da variação em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No final do exercício		1.692	2.494
No início do exercício		2.494	3.207
<b>Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(802)</b>	<b>(713)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Hierarquia de valor justo:** A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 2 e. **Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2016	2015
Depósitos à vista	80	166
Aplicações financeiras	1.612	2.328
Contas a receber	850	2.136
Adiantamentos a fornecedor	5	4
Outras contas a receber	87	54
<b>Perdas por redução no valor recuperável:</b> Os vencimentos das contas a receber de clientes são:		
	2016	2015
Não vencidos	794	747
Vencidos há 0-30 dias	5	1.360
Vencidos acima de 120 dias	56	29
<b>Total</b>	<b>850</b>	<b>2.136</b>

**Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos
2016	1.767	1.767
Fornecedores	17	17
2015	230	230
Fornecedores	14	14
Outras contas a pagar	5	4

**Instrumentos de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o valor justo. **Instrumentos de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

### 11. Partes Relacionadas

	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Contas a receber - Nota explicativa 05</b>		
Cooperativa	(a)	495 959
Copersucar S/A	181	370
<b>Total</b>	676	1.329
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Mútuos</b>		
Copersucar Trading	(b)	2.674 1.994
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Mútuos</b>		
Copersucar S.A.	(c)	270 250
<b>Valor da transação no exercício</b>		
<b>Venda de serviços</b>		
Cooperativa	6.559	11.109
Copersucar S.A.	4.220	2.776
Copersucar Trading	17	676
<b>Total</b>	10.797	14.511

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Copersucar S.A. e Copersucar Trading A.M.V.V.) e referem-se basicamente a: **Valores ativos -** (a) Contas a receber de clientes conforme prestação de serviços às partes relacionadas e distribuição de dividendos à Controladora; (b) Contratos de mútuos entre as partes; **Valores passivos -** (c) Contratos de mútuos com a Controladora; e **Vendas e serviços -** Armazenagem e movimentação de carga e descarga.

**12. Arrendamento Mercantil Operacional**  
**Arrendamento como arrendatário:** Os arrendamentos operacionais com a controladora Copersucar S.A. serão pagos da seguinte forma:

	2016	2015
Até um ano	3.079	2.958
Acima de um ano - até cinco anos	7.890	6.671
<b>Total</b>	<b>10.969</b>	<b>10.629</b>

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional o montante de R\$ 207,7 em 2016 (R\$ 2.317 em 2015).

A Companhia é arrendatária dos Itens abaixo percententes à Copersucar S.A.: **\*** terminal de tangagem de etanol na cidade de Paulínia/SP com área total de 360.000 m<sup>2</sup>, com capacidade estática de armazenagem de 180.000 m<sup>3</sup> de etanol. O período do contrato é de 5 anos com vencimento em junho de 2019; e **\*** terminal multimodal de açúcar na cidade de Ribeirão Preto/SP com área total de 31.925 m<sup>2</sup> com capacidade estática de armazenagem de 70.000 toneladas de açúcar. O período do contrato é de 4 anos com vencimento em fevereiro de 2020.

**13. Patrimônio Líquido**  
O balanço patrimonial da Companhia é de R\$ 53.259 em 31 de março de 2016 e 2015, representado por 3.512.926 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Reserva de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

**14. Receita Operacional**  
Corresponde substancialmente à prestação de serviços de armazenagem. Abaixo, apresentamos a composição da receita bruta para fins fiscais do exercício:

	2016	2015
Prestação de serviços e outros	11.302	13.513
Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:		
Receita bruta	12.953	15.359
<b>Menos:</b>		
Impostos sobre vendas e serviços	(1.651)	(1.846)
Receita líquida	11.302	13.513

**15. Despesas por Natureza**

	2016	2015
Gastos com serviços de operador logístico	(12.368)	(9.990)
Outras despesas	(562)	(2.726)
<b>Total</b>	<b>(12.930)</b>	<b>(12.716)</b>

**Classificado como:**  
Custo dos serviços prestados  
Administrativas

	2016	2015
<b>16. Finanças Líquidas</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos contábeis aplicações financeiras	309	218
Varição cambial de clientes	20	5
<b>Despesas financeiras</b>	329	223

**Despesas financeiras**  
Variação cambial passiva  
Comissões sobre fianças  
Outras despesas

	2016	2015
Variação cambial passiva	(7)	(4)
Comissões sobre fianças	(14)	(3)
Outras despesas	(25)	(7)
<b>Total</b>	<b>(304)</b>	<b>(216)</b>

**17. Benefícios a Empregados**  
A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica:** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica padrão, onde não há contribuição mensal dos funcionários, a exceção se for quando há opção por um plano diferenciado, neste caso o funcionário arca com o acréscimo do custo mensal. Nesse sentido, de acordo com a Lei 9.656/98, é previsto para funcionários que exerçam tal contribuição, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes para os funcionários ativos, desde que o funcionário que tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas acima assumo o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: **Demitidos sem justa causa ou exonerados:** O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o plano de saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. **Aposentados:** Para funcionários com vínculo de 10 anos ou mais; é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, pelo tempo que desejar. **Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por Companhia terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes.

**Outras despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social**  
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente foram gerados fundamentalmente em decorrência do lucro contábil apurado pela Companhia. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada com segue:

	2016	2015
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.297)	(1.784)
(Aumento) Diminuição de impostos e contribuições sociais	347%	347%
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Pela alíquota fiscal combinada	441	607
Adições permanentes:		
Multas	-	(1)
Outras	18	-
Exclusões permanentes:		
Outras	12	22
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	471	628
Alíquota efetiva	36%	35%
Impostos correntes	56	(709)
Impostos diferidos	415	1.337

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida lei foram aplicados retroativamente para o ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de tais dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. Em janeiro de 2015, foi efetuada a baixa do saldo de diferença de taxa de depreciação fiscal em relação à vida útil econômica no LALUR, visando adequar a contabilidade e o cálculo de imposto de renda e contribuição social às novas regras.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.297)	(1.784)
(Aumento) Diminuição de impostos e contribuições sociais	347%	347%
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Pela alíquota fiscal combinada	441	607
Adições permanentes:		
Multas	-	(1)
Outras	18	-
Exclusões permanentes:		
Outras	12	22
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	471	628
Alíquota efetiva	36%	35%
Impostos correntes	56	(709)
Impostos diferidos	415	1.337

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida lei foram aplicados retroativamente para o ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de tais dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. Em janeiro de 2015, foi efetuada a baixa do saldo de diferença de taxa de depreciação fiscal em relação à vida útil econômica no LALUR, visando adequar a contabilidade e o cálculo de imposto de renda e contribuição social às novas regras.

CONTADORA  
Vanessa Siqueira Samelma  
CRC 15P.238.292/O-0

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 15P.229193/O-2

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O relatório de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia